

CONJUNTURA / Em meio à polêmica provocada pela decisão do presidente da Câmara de extinguir comissão que analisava a modernização dos impostos, empresários lançam movimento de apoio a uma reforma simplificada do sistema tributário

Reforma longe do consenso

» ISRAEL MEDEIROS
» GABRIELA BERNARDES*

Um dia após o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), ter declarado extinta a Comissão Mista de Reforma Tributária, representantes de 120 entidades do setor empresarial, se reuniram com o vice-presidente da Casa, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), para lançar a ideia de um Pacto Nacional Tributário por uma reforma simplificada do sistema de impostos.

A iniciativa se choca com o parecer que havia sido apresentado ainda na terça-feira pelo relator da comissão, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O relatório, que parlamentares e especialistas consideravam como uma reforma “muito ampla”, foi anulado pela decisão de Arthur Lira.

O relatório de Aguinaldo Ribeiro extinguiu cinco tributos: PIS (Programa de Integração Social); Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados); ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), recolhido pelos estados; e ISS (Imposto Sobre Serviços), dos municípios. Eles seriam substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Para os empresários, uma medida tão abrangente levanta muita polêmica e tem pouca chance de ser aprovada rapidamente pelo Congresso. O Pacto propõe a união do PIS/Cofins ao IPI. Além disso, a Contribuição Sobre Lucro Líquido (CSLL) seria fundida com o Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas. Os representantes do setor produtivo defendem, também, uma Lei Nacional de ICMS que estabeleça alíquotas mínimas e máximas, reduzindo as diferenças de tributação entre as unidades da Federação.

Apelidado de “Simplifica Já”, o plano prevê uma reforma mais simples que a proposta de Ribeiro. Além disso, as entidades defendem a redução de impostos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Relator da comissão mista, deputado Aguinaldo Ribeiro foi criticado por entidades empresariais e defendido por secretários de Fazenda



Isso é um absurdo num país que está com 15 milhões de desempregados*

João Diniz, presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), ao comentar a carga de 43% de tributos que incide sobre salários

sobre a folha de pagamento. Atualmente, a tributação de salários chega a 43%. “Isso é um absurdo num país que está com 15 milhões de desempregados”, afirmou o presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Diniz.

Secretários estaduais de Fazenda, no entanto, saíram em defesa do relatório de Aguinaldo Ribeiro e reagiram à extinção da comissão mista da reforma. Em nota divulgada ontem, eles defenderam a continuidade dos trabalhos do colegiado e o aperfeiçoamento do texto do relator, que, na avaliação deles, trouxe avanços importantes. “Os secretários também reafirmaram a posição em defesa de uma refor-

ma ampla dos impostos sobre consumo e contrária à reforma fatiada, como quer o governo federal”, diz o documento.

Os representantes dos estados criticaram ainda proposta da União de unificação do PIS e Cofins para a criação da chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A ideia também foi bombardeada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos. “Nós entendemos que, a partir desses fatos novos haverá uma priorização da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que não é uma solução para o sistema tributário nacional. Isso porque contribui muito pouco com a redução da complexidade do sistema assim como os con-

tenciosos tributários”, disse o parlamentar.

Ramos também argumentou que a proposta tem como objetivo aumentar a carga tributária, prejudicando especialmente setores importantes para a economia nacional. “Simboliza muito pouco na redução da complexidade do sistema, simboliza muito pouco na diminuição do contencioso consequentemente e, acima de tudo, é claramente uma proposta que tem como objetivo aumentar a carga tributária em especial sobre setores que têm alta empregabilidade no nosso país, como o setor de serviços, saúde, educação, construção civil, transporte coletivo”, afirmou.

Bolsonaro veta maior prazo para IR

O presidente Jair Bolsonaro vetou o Projeto de Lei nº 639/2021, que prorrogava para 31 de julho o prazo para a entrega das declarações do Imposto de Renda deste ano. Com isso, a data limite continua sendo 31 de maio próximo. O projeto, de autoria do deputado federal Rubens Bueno (Cidadania/PR), foi aprovado em abril pelo Congresso. O prazo para sanção ou veto terminou ontem.

No início da tarde, o Ministério da Economia divulgou nota em que pedia o veto do presidente, alegando que, pelos dados da Receita Federal, o adiamento teria impacto na arrecadação de União, dos estados e dos municípios, e poderia impedir o funcionamento de importantes programas sociais para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

A diferença que deixaria de ser arrecadada, segundo a Receita, afetaria, por exemplo, programas emergenciais do governo federal para preservar atividades empresariais e manter o emprego e a renda dos trabalhadores, e a programação de pagamento do auxílio emergencial de 2021. O projeto de lei autorizava o recolhimento da cota única ou das cotas vencidas até 31 de julho, sem acréscimo de juros ou qualquer penalidade, e restringia o parcelamento do imposto a seis mensalidades, para que a arrecadação não se estendesse até 2022.

Arrecadação

O Planalto seguiu a orientação do Fisco. No veto, explica que o PL “contrariava o interesse público, teria como consequência um fluxo de caixa negativo (arrecadação bruta menor que as restituições)” e impactos negativos no repasse dos recursos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, a prorrogação, segundo a Receita, afetaria “o reingresso de recursos referentes à devolução do auxílio emergencial recebido indevidamente em 2020 aos cofres públicos, por quantidade relevante de cidadãos”.

A equipe econômica considerou ainda que não há motivos para ampliar ainda mais o prazo para envio das declarações e o pagamento do IRPF. “Segundo levantamento da Receita Federal, no período de 1º a 22 de abril de 2021 a quantidade de declarações entregues chegou a 14,7 milhões, que supera a quantidade verificada no mesmo período de 2020 e acompanha os números de anos anteriores”, argumentou o Fisco. (VB)

Produção industrial recua 2,4%

» VERA BATISTA

Afetada diretamente pela segunda onda da pandemia da covid-19, a produção industrial caiu 2,4% em março em comparação ao mês anterior e intensificou a perda de 1% registrada em fevereiro, quando interrompeu nove meses de resultados positivos. O recuo de março foi puxado principalmente pela queda de 8,4% na produção de veículos automotores. Frente a março de 2020, a indústria avançou 10,5%, sétima taxa positiva consecutiva e a maior desde junho de 2010 (11,2%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No primeiro trimestre de 2021, a indústria acumula alta de 4,4%, percentual superior ao registrado no último trimestre de 2020 (3,4%). No acumulado em 12 meses (-3,1%) teve o recuo menos intenso desde abril de 2020 (-2,9%), informou o IBGE. Com

os resultados de março, o setor industrial ficou 16,5% abaixo do patamar recorde registrado em maio de 2011. O gerente da pesquisa, André Macedo, explica que o aprofundamento da retração do setor, em março, está relacionado à intensificação das medidas de combate à covid-19.

“Esses dois resultados negativos têm como pano de fundo o próprio recrudescimento da pandemia. Isso faz com que haja maior restrição das pessoas, o que provoca a interrupção das jornadas de trabalho, paralisações de plantas industriais e atrapalha toda a cadeia produtiva, levando ao encarecimento e à falta de insumos”, diz André Macedo. O pesquisador destaca que, de maio de 2020 a janeiro de 2021, houve ganho acumulado de 40,1%, o que fez a produção industrial superar o patamar pré-pandemia.

O segmento de veículos auto-

motores, reboques e carrocerias, que foi a principal influência negativa, registrou o terceiro resultado negativo consecutivo, acumulando nesse período de fevereiro e março perda de 15,8%, interrompendo uma sequência de oito meses de taxas positivas que acumularam expansão de 1.196,9%. Ainda nas influências negativas, destacam-se confecção de artigos do vestuário e acessórios (-14,1%), de outros produtos químicos (-4,3%), de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-9,4%), de couro, artigos para viagem e calçados (-11,2%), de produtos de borracha e de material plástico (-4,5%), de bebidas (-3,4%), de móveis (-9,3%), de produtos têxteis (-6,4%) e de produtos de minerais não metálicos (-2,5%).

Os principais impactos positivos vieram das indústrias extrativas (5,5%), outros equipamentos de transporte (35%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,7%).

Nissan/divulgação



Queda na produção da indústria automotiva puxou a retração no mês

CB TALKS

Futuro da indústria química em debate

A indústria química brasileira corre o risco de ficar ainda mais para trás no quesito competitividade quando comparada às de países como Estados Unidos, Índia, China e Coreia do Sul, que têm programas de incentivos muito robustos. O motivo está na Medida Provisória nº 1.034, que elimina, a partir de junho, o Regime Especial da Indústria Química (Reiq) e pode ser ratificada pela Congresso.

Para debater esse tema, o **Correio** realiza, nesta quinta-feira (6/5), a partir das 15h, um debate

com parlamentares, especialistas e representantes da indústria química. O **Correio Talks** será transmitido pelo site www.correio braziliense.com.br e por meio de todas as redes sociais do jornal. Os painelistas responderão perguntas dos internautas, que poderão encaminhar seus questionamentos pelo endereço <https://www.correio braziliense.com.br/correiotalks/setorquimico.html>.

Segundo especialistas, o custo de produção da indústria química brasileira é um dos mais altos

» Fique ligado!

Veja a lista de participantes do **Correio Talks** (www.correio braziliense.com.br) desta quinta-feira

- * Paulo Gala, economista
- * Ciro Marino, presidente da Abiquim
- * Arnaldo Jardim, deputado federal
- * Jean-Paul Prates, senador
- * Laércio Oliveira, deputado federal
- * Ricardo Alban, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia

do mundo. Aqui, a carga tributária do setor está entre 40% e 50% sobre o faturamento. Na maior economia do planeta, os Estados Unidos, os impostos giram em torno de 20%. Para complicar, o custo da matéria-prima no Brasil é, em média, 30% mais alto do que em países com indústria química mais forte.

A indústria química é estratégica para o país, está na base de todo o setor produtivo, pois fabrica de embalagens a medicamentos. Se perder os benefícios fiscais, terá forte retração nos negócios e poderá fechar até 80 mil postos de trabalho.

Pelos cálculos do setor, com o fim do Regime Especial, haverá redução de pelo menos R\$ 2,2 bilhões no volume de compras da indústria química. Como consequência, a produção nacional deverá ter retração de R\$ 7,5 bilhões por ano, além de perda anual de R\$ 2,5 bilhões no valor adicionado às matérias-primas sobre as quais incidiam os benefícios do Reiq.

Regime especial

O Regime Especial da Indústria Química foi criado pelo governo em 2013. Por meio dele, a alíquota de 9,25% de PIS/Cofins incidente sobre a compra de matérias-primas petroquímicas básicas de primeira e segunda gerações foi

reduzida a 1%. A justificativa, à época, foi a de que era preciso aumentar a competitividade do setor até que fosse feita uma reforma tributária.

A primeira mudança no Reiq ocorreu em 2018, com o aumento da alíquota de PIS/Cofins para 3,65%. Em março deste ano, com o objetivo de atender a um pleito dos caminhoneiros, o governo editou a MP que estabeleceu o fim dos benefícios à indústria química para bancar a redução de impostos sobre o óleo diesel. O governo prevê arrecadar R\$ 1,53 bilhão por ano com a revogação do Reiq. Mas, pelas contas das empresas, na verdade, cerca de R\$ 500 milhões deixarão de entrar nos cofres da União por causa da diminuição do consumo e do emprego.